

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a horizontal line at the bottom.

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE  
GUIMARÃES**

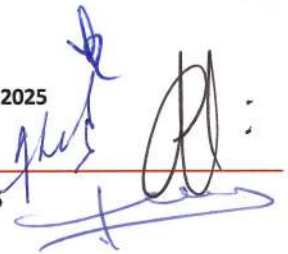
**Anexo**

**31-12-2025**

## 1 Identificação da Entidade

A “SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GUIMARÃES”, instituída no ano de 1511 é uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica. Está reconhecida como Instituição Privada de Solidariedade Social, com sede em Rua da Rainha D. Maria II, nº 48 2º. Tem como objetivo satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Assistência Social
  - Apoio à terceira idade
    - Lares residenciais
      - Lar Rainha D. Leonor
      - Centro de Solidariedade Humana Prof. Emídio Guerreiro
      - Lar S. Paio
      - Casa de Repouso de Donim
  - Apoio à comunidade
    - Habitações Sociais
    - Cantina Social
  - Apoio à deficiência
    - Lar Residencial Alecrim
    - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
- Apoio à saúde
  - Unidade de Cuidados continuados
- Apoio à cultura e culto
  - Percurso Museológico no Convento de Santo António dos Capuchos
  - Bibliotecas
  - Igrejas e Capelas



## 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho ;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

2.2 Nenhuma disposição da normalização contabilística para as ESNL foi derogada.

2.3 Não existem contas de Balanço ou de Demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com as do exercício anterior.

## 3 Principais Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros

### 3.1 Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

#### 3.1.1 Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras;

##### 1) Ativos fixos tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes com os seguintes períodos de vida útil:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	20-50
Equipamento básico	6-10
Equipamento transporte	4-8
Equipamento administrativo	6-12
Outros ativos fixos tangíveis	6

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição/construção.

## 2) Bens do património histórico e cultural

Os bens do património histórico e cultural adquiridos são mensurados ao custo. Aos bens do património histórico, artístico e cultural foi atribuído, à data de registo inicial para efeitos de contabilização (1990) um valor que se presumiu ser de mercado e que foi anulado por igual valor de depreciações acumuladas. Os bens que foram atribuídos à entidade a título gratuito encontram-se mensurados aos valores registados em escritura de doação. Estes bens têm como característica o facto de não poderem ser substituídos.

## 3) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações acumuladas. As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante sua a vida útil estimada.

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	5
Programas de Computador	3

## 4) Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

## 5) Ativos e passivos financeiros

### a) Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Nas locações financeiras o valor dos bens é registado no balanço como ativo e a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "financiamentos obtidos". Os juros incluídos nos pagamentos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

### b) Custos dos empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

### c) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

#### **d) Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo ao custo.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados no período de acordo com o regime de acréscimo.

#### **e) Dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

#### **f) Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa e depósitos à ordem que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

### **6) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas em cada data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Entidade não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

### **7) Rédito**

O rédito relativo a vendas, prestação de serviços, juros, dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Instituição é reconhecido pelo valor livremente fixados entre as partes contratantes. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido na demonstração de resultados quando são transferidos para o comprador os riscos e vantagens da propriedade do bem.

Nas prestações de serviços, porque são continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

#### **8) Subsídios dos Governo**

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos .Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período .Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios , sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional ( taxa de depreciação do bem ) .

#### **9) Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, diuturnidades, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela mesa administrativa.

São ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

#### **10) Imparidade de ativos**

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Sempre que a quantia escriturada pelo qual o ativo se encontra reconhecido seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, a qual é registada na demonstração dos resultados.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros

estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

### **11) Investimentos financeiros**

Os investimentos financeiros em outras empresas são registados pelo justo valor, quando este possa ser fiavelmente determinado. Caso contrário, são registados pelo seu valor de aquisição menos perdas por imparidade acumuladas.

#### **3.1.2 Outras políticas contabilísticas**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Foram respeitados e seguidos os seguintes princípios:

##### **3.1.2.1 Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.2.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

##### **3.1.2.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **3.1.2.4 Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **3.1.2.5 Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.3 Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Os eventos ocorridos após a data de balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

O maior fator de incerteza em termos de fluxos económicos, está centrado na imprevisibilidade dos preços dos bens de consumos de toda a natureza e essencialmente no sector energético. A falta de mão-de-obra é também um forte fator de perturbação para formação diária das equipas de trabalho. A inflação e o aumento da massa salarial foram fatores relevantes. A continuidade deste cenário é preocupante tendo em conta a dificuldade em aumentar as receitas.

Em 2025 a instituição deu continuidade a um ciclo, já iniciado em 2023, com novos órgãos sociais e nova dinâmica. A procura de serviços mantém-se num patamar elevado, o melhoramento das condições de oferta é constante e a dinamização das equipas de trabalho é o objetivo principal.

As obras em curso de beneficiação dos edifícios permitirão obter ganhos, no futuro, através da redução dos permanentes gastos de conservação e oferecer mais conforto aos utentes.

se desajustada. A atual mesa administrativa tem também como objetivo reorganizá-la, mas reconhece que também será necessário melhorar o planeamento e organização do trabalho de forma a aumentar a produtividade do mesmo.

Apesar dos fortes desafios que o futuro apresenta, a mesa administrativa tem consciência que só os ultrapassará com resiliência e coragem e o imprescindível apoio dos trabalhadores, colaboradores, utentes e fornecedores.

### 3.1.4 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas e os pressupostos foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data da aprovação das demonstrações financeiras. As alterações às estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas de forma prospetiva.

Principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras:

- a) Vida útil de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análise de imparidade de ativos;

### 3.2 Alterações nas políticas contabilísticas

Não aplicável

### 3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas

Não aplicável.

### 3.4 Correção de erros de períodos anteriores

Não aplicável.

### 3.5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL

Não aplicável.

## 4 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas exceto os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 1990 que se encontram registados ao seu custo de aquisição ou produção deduzido a 100% de depreciações acumuladas.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes com os seguintes períodos de vida útil :

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	20-50
Equipamento básico	6-10
Equipamento transporte	4-8
Equipamento administrativo	6-12
Outros ativos fixos tangíveis	6

As despesas de manutenção e reparação, que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros, são registados como gastos no período em que são incorridos.

#### 4.1 Bens do património histórico, artístico e cultural

Aos bens do património histórico, artístico e cultural foi atribuído, à data de registo inicial para efeitos de contabilização (1990) um valor que se presumiu ser de mercado e que foi anulado por igual valor de depreciações acumuladas.

As Benfeitorias realizadas nos bens imóveis, caso prolonguem a vida dos bens ou aumentem a sua capacidade são reconhecidas como ativo-património artístico e cultural, sendo mensuradas pelo custo de aquisição e depreciadas de acordo com a vida útil estimada.

Para os bens moveis (obras de arte) foi efetuada a sua inventariação, mas não se encontram reconhecidos contabilisticamente por não ter sido quantificado o seu justo valor.

Deste grupo de ativos no período de 2024 e 2025 ocorrente os seguintes movimentos:

#### Bens do património histórico e artístico e cultural: Milhares

Descrição	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	#abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Em 2024						
Bens imóveis	276 532,35					276 532,35
Bibliotecas	49 879,79					49 879,79
Museus	356 705,01					356 705,01
Bens móveis	255 615,27					255 615,27
	<b>938 732,42</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>938 732,42</b>
Em 2025						
Bens imóveis	27 6532,35					276 532,35
Bibliotecas	49 879,79					49 879,79
Museus	356 705,01					356 705,01
Bens móveis	255 615,27					255 615,27
	<b>938 732,42</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>938 732,42</b>
Em 2024						
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Bens imóveis	251 026,96	542,67				251 569,63
Bibliotecas	49 879,79					49 879,79
Museus	107 011,5	7134,1				114 145,6
Bens móveis	219 069,39	410,53		-6328,42		213 151,5
	<b>626 987,64</b>	<b>8087,3</b>	<b>0</b>	<b>-6328,42</b>	<b>0</b>	<b>628 746,52</b>
Em 2025						
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Bens imóveis	251 569,63	542,67				252 112,3
Bibliotecas	49 879,79					49 879,79
Museus	114 145,6	7134,1				121 279,7
Bens móveis	213 151,5	410,53				213 562,03
	<b>628 746,52</b>	<b>8087,3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>636 833,82</b>

Valores líquidos	2024	2025
Bens imóveis	24 962,72	24 420,05
Bibliotecas	-	-
Museus	242 559,41	235 425,31
Bens móveis	42 463,77	42 053,24
	<b>309 985,90</b>	<b>301 898,60</b>

### 4.2 Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Equipamentos biológicos	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais	
		Terrenos	Edifícios								
Em 01.01.2024	Quantias brutas escrituradas	266 623,44	0,00	15 334 822,36	1 291 654,19	159 764,74	705 803,06	280 010,53	0,00	176 750,24	18 215 42
	Depreciações acumuladas	266 623,44	0,00	12 071 877,31	1 222 473,16	156 614,74	686 704,29	277 746,29	0,00	0,00	14 682 03
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	3 262 945,05	69 181,03	3 150,00	19 098,77	2 264,24	0,00	176 750,24	3 533 38
Adições				17 884,48	5 865,37		6 999,57			173 081,40	203 830
Transferências					128,56		(128,56)				
Alienações, sinistros e abates				(15 634,29)	(252 620,84)	(29 363,27)	(21 287,77)	(2 922,48)			(321 828)
Outras alterações				(7 468,50)			8 757,36	4 987,96		(102 459,00)	(96 182)
Transferências de depreciações											
Abates de depreciações				(15 246,01)	(237 797,20)	(29 363,27)	(22 118,61)	(2 922,48)			(307 447)
Depreciações				139 076,12	16 611,98	3 150,00	11 506,69	671,09			171 015
Em 31.12.2024 (01.01.2025)	Quantias brutas escrituradas	266 623,44	0,00	15 329 604,05	1 045 027,28	130 401,47	700 143,66	282 076,03	0,00	247 372,64	18 001 24
	Depreciações acumuladas	266 623,44	0,00	12 195 707,42	1 001 287,94	130 401,47	676 092,37	275 494,90	0,00	0,00	14 545 80
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	3 133 896,63	43 739,34	0,00	24 051,29	6 581,13	0,00	247 372,64	3 455 64
Adições				25 640,65	10 116,75	0,00		1 436,64		212 386,77	249 580
Transferências				385 150,22		55 711,70				(440 861,92)	
Alienações, sinistros e abates						(32 024,01)					(32 024)
Outras alterações											
Transferências de depreciações											
Abates e outras alterações de depreciações						(32 024,01)					(32 024)
Depreciações				154 460,28	17 167,01	11 142,34	8 900,50	958,42			192 620
Em 31.12.2025	Quantias brutas escrituradas	266 623,44	0,00	15 740 394,92	1 055 144,03	154 089,16	700 143,66	283 512,67	0,00	18 897,49	18 218 80
	Depreciações acumuladas	266 623,44	0,00	12 350 167,70	1 018 454,95	109 519,80	684 992,87	276 453,32	0,00	0,00	14 706 21
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	3 390 227,22	36 689,08	44 569,36	15 150,79	7 059,35	0,00	18 897,49	3 512 69

Ativos fixos tangíveis em curso	Anterior a 2025	2025	Total
Lar Rainha D. Leonor -obras	215 719,60	(208 274,88)	7 444,72
Lar Rainha D. Leonor -elevadores	22 200,27	(22 200,27)	0,00
Bilheteira	6 869,77	0,00	6 869,77
Lar S.Paio -obras	2 583,00	0,00	2 583,00
Lar Emilio guerreiro-Obras	-	-	-
Equipamento transporte		2 000,00	2 000,00
<b>Total</b>	<b>247 372,64</b>	<b>(228 475,15)</b>	<b>18 897,49</b>

## 5 Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registrados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis têm vida finita, pelo que as taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	5
Programas de Computador	3

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita é assumido como sendo zero.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Em 2024						
<b>Custo</b>						
Projetos de desenvolvimento	316 735,09					316 735,09
Programas de computador	23 891,85					23 891,85
	<b>340 626,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>340 626,94</b>
Em 2025						
<b>Custo</b>						
Projetos de desenvolvimento	316 735,09					316 735,09
Programas de computador	23 891,85					23 891,85
	<b>340 626,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>340 626,94</b>
Em 2024						
<b>Amortizações acumuladas</b>						
Projetos de desenvolvimento	316 735,09					316 735,09
Programas de computador	23 891,85					23 891,85
	<b>340 626,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>340 626,94</b>
Em 2025						
<b>Amortizações acumuladas</b>						
Projetos de desenvolvimento	316 735,09					316 735,09
Programas de computador	23 891,85					23 891,85
	<b>340 626,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>340 626,94</b>

	2024	2025
<b>Valores líquidos</b>		
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

## 7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2025 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

2024

Descrição	Inventário em	Compras/Reclassifi. E regularização	Inventário em	CMVMC
	01/jan/24		31/dez/24	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	67,14	54 694,52	52,07	54 709,59
<b>Total</b>	<b>67,14</b>	<b>54 694,52</b>	<b>52,07</b>	<b>54 709,59</b>

2025

Descrição	Inventário em	Compras/Reclassifi. E regularização	Inventário em	CMVMC
	01/jan/25		31/dez/25	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	52,07	53 963,89	-	54 015,96
<b>Total</b>	<b>52,07</b>	<b>53 963,89</b>	<b>-</b>	<b>54 015,96</b>

## 8 Rédito

O rédito é reconhecido no momento da prestação e pelo seu contravalor.

Foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>5 945 571,03</b>	<b>5 387 240,82</b>
<b>Quotas dos utilizadores</b>	<b>2 662 427,61</b>	<b>2 376 232,44</b>
Invalidez e reabilitação	74 571,12	73 598,93
Terceira Idade	2 587 856,49	2 302 633,51
<b>Quotizações e Joias</b>	<b>1 250,00</b>	<b>-</b>
<b>Serv.Sec e Outros Serviços</b>	<b>1 301 489,23</b>	<b>1 312 120,13</b>
<b>Sub-Total</b>	<b>3 965 166,84</b>	<b>3 688 352,57</b>
<b>Comparticipações Segurança Social</b>	<b>1 980 404,19</b>	<b>1 698 888,25</b>
<u>invalidez e reabilitação</u>	<u>282 101,86</u>	<u>260 468,96</u>



**9.2-Passivos contingentes**

Processos em tribunal em fase inicial ou pendentes com manifesta dificuldade de quantificação, mas com probabilidade de constituição de provisão nos exercícios futuros.

Processo judiciais			
Acidente de trabalho	4013/23,6T8GMR	Lucia Manuela Fernandes Silva	Estado pendente

**10 Impostos**

Estado e outros entes públicos			
		31/dez/25	31/dez/24
<b>Activo</b>			
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		32 538,48	23 978,94
		<b>32 538,48</b>	<b>23 978,94</b>
<b>Passivo</b>			
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		-	1 912,38
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)		8 971,50	6 896,00
Segurança Social		78 739,17	70 444,21
Outros impostos e taxas			-
<b>Total</b>		<b>87 710,67</b>	<b>79 252,59</b>

**11 Diferimentos**

A rubrica "Diferimentos" engloba os seguintes valores:

Descrição	2025	2024
<b>Gastos a reconhecer</b>	<b>32 909,77</b>	<b>26 909,90</b>
Seguros	20 014,98	14 015,11
Outras publicações	12 894,79	12 894,79

Descrição	2025	2024
<b>Rendimentos a reconhecer</b>	<b>38 911,91</b>	<b>1 000,00</b>
Rendas	38 911,91	1 000,00

**12 Subsídios do Governo e apoios do Governo**

A entidade auferiu subsídios do governo ao investimento e à exploração.

Os subsídios ao investimento foram recebidos a fundo perdido e de acordo com as normas da NCRF- ESNL foram contabilizados em fundos patrimoniais sendo reconhecidos em proveitos numa base sistemática correspondente

às depreciações dos bens do Ativo Fixo Tangível subsidiados. Os registos contabilísticos em 2024 e 2025 foram os seguintes:

2 024,00					
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Regularizações	Reconhecimento Anual	Saldo final
Subsídios para investimentos					
<b>PIDACC</b>					
Lar Emílio Guerreiro	146 740,64			6 670,02	140 070,62
Lar Donim	102 809,73			4 895,70	97 914,03
<b>CÂMARA MUNICIPAL GUIMARAES</b>					-
Lar Emílio Guerreiro	30 508,66			1 386,76	29 121,90
Largo da Igreja capuchos	12 960,00			1 296,00	11 664,00
<b>Professor Emídio guerreiro</b>					-
Emílio Guerreiro	52 523,43			1 945,31	50 578,12
<b>Programa Modelar- ARS Norte</b>					-
UCC- U unidade Cuidados Continuados	370 833,33			10 000,00	360 833,33
<b>Feder</b>					-
POC-Programa oper.cultura					-
Percurso Museológico	136 126,62			3 889,33	132 237,29
<b>Fundo Rainha D.Leonor</b>					-
Património Cultural					-
Percurso Museológico	14 828,96			2 965,79	11 863,17
<b>Total</b>	<b>867 331,37</b>	-	-	<b>33 048,91</b>	<b>834 282,46</b>

2025					
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Regularizações	Reconhecimento Anual	Saldo final
Subsídios para investimentos					
<b>PIDACC</b>					
Lar Emílio Guerreiro	140 070,62			6 670,02	133 400,60
Lar Donim	97 914,03			4 895,70	93 018,33
<b>CÂMARA MUNICIPAL GUIMARAES</b>					-
Lar Emílio Guerreiro	29 121,90			1 386,76	27 735,14
Largo da Igreja capuchos	11 664,00			1 296,00	10 368,00
<b>Professor Emídio guerreiro</b>					-
Emílio Guerreiro	50 578,12			1 945,31	48 632,81
<b>Programa Modelar- ARS Norte</b>					-
UCC- U unidade Cuidados Continuados	360 833,33			10 000,00	350 833,33
<b>Feder</b>					-
POC-Programa oper.cultura					-
Percurso Museológico	132 237,29			3 889,33	128 347,96
<b>Fundo Rainha D.Leonor</b>					-
Património Cultural					-
Percurso Museológico	11 863,17			2 965,79	8 897,38
<b>Mobilidade Verde</b>					-
Aquisição de viaturas elétricas		40 000,00		11 142,34	28 857,66
<b>Total</b>	<b>834 282,46</b>	<b>40 000,00</b>	-	<b>44 191,25</b>	<b>830 091,21</b>

Os subsídios à exploração são diretamente lançados em resultados à medida que são recebidos. Existem vários tipos, nomeadamente:

- ISS – Programa adaptar social +
- Subsídios de acordos com IEFP

Foram os seguintes os valores globais recebidos em 2025 e 2024:

Subsídios	2025	2024
Subsídios do Governo		
IEFP	6 243,62	30 816,32
Câmara Municipal Guimarães	15 000,00	15 000,00
<b>Total</b>	<b>21 243,62</b>	<b>45 816,32</b>

### 13 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são contabilizados ao custo contratado, à exceção de participações em entidades cotadas no mercado de valores que são valorizados ao justo valor.

Assim:

#### 13.1. Passivo corrente e não corrente

Financiamentos Obtidos de Instituições de crédito: contabilizados ao custo, onerosos e contratualizados.

Descrição	31/12/2025			31/12/2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários m.l.prazo	96 456,00	588 983,51	685 439,51	93 187,00	685 978,36	779 165,36
Loações Financeiras	-	-	-	2 691,58	314,37	3 005,95
<b>Total</b>	<b>96 456,00</b>	<b>588 983,51</b>	<b>685 439,51</b>	<b>95 878,58</b>	<b>686 292,73</b>	<b>782 171,31</b>

A garantia dos financiamentos bancários : livrança subscrita pela mesa administrativa.

#### Maturidade dos empréstimos bancários

	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
<b>Empréstimos obtidos</b>	685 439,51			
Montepio	426 698,54	54 624,00	218 496,00	153 578,54
BCP	258 740,97	41 832,00	183 444,10	33 464,87
<b>Total</b>	<b>685 439,51</b>	<b>96 456,00</b>	<b>401 940,10</b>	<b>187 043,41</b>

Fornecedores gerais: contabilizados ao custo, não onerosos.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores: Gerais		565 120,76		302 243,27
<b>Total</b>		<b>565 120,76</b>		<b>302 243,27</b>

Outros passivos correntes: contabilizados ao custo.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
	Corrente	Corrente
Pessoal	2 644,58	7 908,17
Adiantamento de clientes	112 602,57	112 873,00
Fornecedores de investimentos		
Credores por acréscimos de gastos	603 680,46	579 325,08
Outros credores	289 578,03	185 340,68
Provisões		
<b>Total</b>	<b>1 008 505,64</b>	<b>885 446,93</b>

### 13.2 Investimentos financeiros

Ao custo:

Quantidade	Título	Descrição	2025	2024
20	Acções	Turipenha - Coop. Turismo	10 000,00	10 000,00
3	Acções	TVI	3,00	3,00
		<b>Total</b>	<b>10 003,00</b>	<b>10 003,00</b>

Ao justo valor:

Quantidade	Título	Descrição	2025	2024
92	Acções	SPE	92,00	92,00
105346	Obrigações	Consolidado / 1943	1 234,53	1 250,99
	Fundos	Fundo compensação trabalho(FCT)	0,00	33 491,50
		<b>Total</b>	<b>1 326,53</b>	<b>34 834,49</b>

Apurou-se uma redução do justo valor no montante 16.46€.

Os Fundos de Compensação do Trabalho foram transferidos da rubrica de Investimentos Financeiros para Outros Ativos Correntes, atendendo a que o ano de 2026 corresponde ao último ano em que os mesmos podem ser reembolsados.

Totais

Descrição	2025	2024		
Ao custo	10 003,00	10 003,00		
Ao justo valor	1 326,53	34 834,49		
<b>Total</b>	<b>11 329,53</b>	<b>44 837,49</b>		

### 13.3 Ativo corrente

Caixa e depósitos à ordem: não existem elementos de caixa ou equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

O saldo disponível é constituído por:

#### Caixa e Depósitos Bancários

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	3 376,92	2 925,29
Depósitos à ordem	974 584,71	366 265,68
<b>Total</b>	<b>977 961,63</b>	<b>369 190,97</b>

#### Créditos a receber

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Cientes e Utentes c/c</b>	<b>159 832,82</b>	<b>245 480,88</b>
Cientes	102 347,28	138 078,40
Utentes	57 485,54	107 402,48
<b>Cientes e Utentes cobrança duvidosa</b>	<b>194 619,16</b>	<b>89 963,02</b>
Cientes	20 972,72	

Utentes	173 646,44	89 963,02
<b>Perdas por Imparidade acumuladas</b>	<b>194 619,16</b>	<b>89 963,02</b>
Cientes	20 972,72	
Utentes	173 646,44	89 963,02
<b>Total</b>	<b>159 832,82</b>	<b>245 480,88</b>

2024

Clientes Cobrança duvidosa					
	Saldo em 31-Dez-2023	Constituição / reforço	Recebimento/ reversão	Utilização Imparidade	Saldo em 31-Dez-2024
<b>Cientes - utentes</b>					
Em Mora + 24 meses	66 796,52	23 538,00	(371,50)		89 963,02

	66 796,52	23 538,00			
<b>Imparidades</b>					
Em Mora + 24 meses	66 796,52	23 538,00	(371,50)		89 963,02
	66 796,52	23 538,00			
<b>Valor líquido</b>					-

2025

Clientes Cobrança duvidosa						
		Saldo em 31- Dez-2024	Constituição / reforço	Recebimento/ reversão	Utilização Imparidade	Saldo em 31-Dez-2025
<b>Cientes -utentes</b>						
Em Mora + 24 meses		89 963,02	104 656,14			194 619,16
				-		
		89 963,02	104 656,14	-	-	194 619,16
<b>Imparidades</b>						
Em Mora + 24 meses		89 963,02	104 656,14			194 619,16
		89 963,02	104 656,14	-	-	194 619,16
<b>Valor líquido</b>		-				-

**Outros ativos correntes:**

	31/dez/25		31/dez/24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Ao justo valor</b>				
Instrumentos financeiros detidos p/negociação	-	6 418,81	-	5 046,29
Outros Instrumentos Financeiros -FCT		34 653,78		
<b>Ao custo</b>				
Fornecedores		1 813,42		2 159,81
Adiantamento de fornecedores de investimento		4 491,76		
Pessoal		307,86		730,69
Devedores por acréscimos de rendimentos		32 199,48		65 672,27
Outros devedores	-	1 706,77	-	33 206,77
<b>Total</b>	-	<b>81 591,88</b>	-	<b>106 815,83</b>

Apurou-se uma valorização do justo valor 2.534.80 €

**14 Fundos patrimoniais**

	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
Fundo Social	1 814 028,34	-	-	1 814 028,34
Resultados transitados	- 300 657,24	188 220,10		- 488 877,34
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 101 323,81	44 191,25	40 000,00	1 097 132,56
Subsídios	834 282,46	44 191,25	40 000,00	830 091,21
Doações	267 041,35	-	-	267 041,35
Resultado Líquido do Exercício	- 188 220,10		385 423,11	197 203,01
	<b>2 426 474,81</b>	<b>232 411,35</b>	<b>425 423,11</b>	<b>2 619 486,57</b>

**15 Benefícios dos empregados**

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

**15.1 Número médio de empregados durante o período:**

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2024 foi de 234 e em 2025 foi de 235.

**15.2 Desenvolvimento dos gastos com o pessoal:**

Descrição	2025	2024
<b>Remuneração ao pessoal</b>	<b>3 265 563,47</b>	<b>3 125 803,51</b>
Remuneração ao pessoal-certas	2 792 065,89	2 709 433,80
<b>Remuneração ao pessoal-Adicionais</b>	<b>473 497,58</b>	<b>416 369,71</b>
Subsídio alimentação	113 736,00	125 462,80
Horas extraordinárias	37 228,58	7 045,11

Trabalho noturno	100 717,20	87 958,85
Abono por falhas	311,22	330,48
Renumeração feriados	67 492,59	59 258,31
<b>Subsídio alimentação espécie</b>	<b>70 821,06</b>	<b>59 029,78</b>
<b>Outras renumerações adicionais</b>	<b>83 190,93</b>	<b>77 284,38</b>
Comissões de serviços	5 370,00	4 090,80
Diuturnidades e outras	77 820,93	73 193,58
<b>Indeminizações</b>	<b>6 596,08</b>	<b>61 569,26</b>
<b>Encargos sobre as remunerações</b>	<b>663 151,23</b>	<b>623 921,23</b>
<b>Seguros acidentes no trabalho e doenças profissionais</b>	<b>72 882,41</b>	<b>87 272,03</b>
<b>Outros gastos com o pessoal</b>	<b>29 240,02</b>	<b>50 841,47</b>
Contrato emprego inserção	1 174,53	27 244,56
Vestuário e calçado	3 428,38	457,56
Formação profissional-certificação qualidade	13 612,11	4 837,31
Formação profissional-externa		718,00
Medicina trabalho	8 280,00	8 400,00
Outros custos	2 745,00	9 184,04
<b>Total</b>	<b>4 037 433,21</b>	<b>3 949 407,50</b>

## 16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estabelecido no Artigo 210º do Código Contributivo (lei nº 110/2009 de 16 de Setembro), informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2024 foi de 3.690€ e 4.132,80€ para 2025.

## 17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 17.1 Subsídios, doações e legados à exploração

Foram reconhecidos os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	21 243,62	51 566,47
Subsídios de outras entidades	-	10 000,00
Doações e heranças	66 759,20	134 027,37
Legados	-	6,51
...		-
<b>Total</b>	<b>88 002,82</b>	<b>195 600,35</b>

**17.2 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	549 978,53	485 642,40
Serviços especializados	355 241,33	396 413,31
Materiais	43 050,15	60 403,14
Energia e fluídos	509 304,65	528 909,13
Deslocações, estadas e transportes	4 354,29	6 745,41
Serviços diversos	443 641,30	481 580,15
<b>Total</b>	<b>1 905 570,25</b>	<b>1 959 693,54</b>

**17.3 Outros rendimentos**

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos suplementares	0,00	896,85
Rendimentos em investimentos não financeiros	455 275,07	515 806,24
Alienações	1 450,00	67 143,92
Ganhos em sinistros	1 838,89	356,16
Rendas e outros rendimentos em prop.investimento	451 986,18	448 306,16
Outros rendimentos	98 447,38	176 470,10
Imputação subsidio investimento	44 191,25	33 048,91
Outros	54 256,13	143 421,19
<b>Total</b>	<b>553 722,45</b>	<b>693 173,19</b>

**17.4 Outros gastos**

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos e taxas	4 758,65	8 000,13
Gastos em investimentos não financeiro	-	9 757,45
alienações	-	9 757,45
sinistros	-	-
outros gastos	33 234,13	166 728,50
correções relativas a anos anteriores	4 047,21	126 416,31
descontinuidade da ampliação do lar de alecrim	-	102 459,00
outras situações	4 047,21	23 957,31
donativos	100,00	100,00
quotizações	3 940,00	3 880,00

outros não especificados	25 146,92	36 332,19
<b>Total</b>	<b>37 992,78</b>	<b>184 486,08</b>

### 17.5 Resultados Financeiros

Foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros Suportados	25 397,40	47 972,90
Total	25 397,40	47 972,90
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros Obtidos	346,90	22,62
Dividendos obtidos	0	294,11
Total	346,90	316,73
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(25 050,50)</b>	<b>(47 656,17)</b>

### 17.6 Proposta de aplicação de resultados

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido do exercício positivo, que ascendeu a 197.203,01 (cento e noventa e sete mil duzentos e três euros e um cêntimo), seja aplicado da seguinte forma:

- Resultados transitados: 197.203,01€

### 17.7 Acontecimentos após a data de Balanço

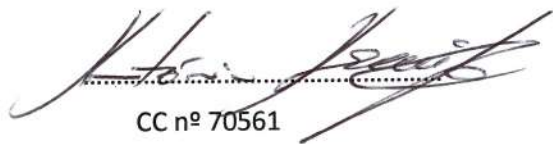
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

Guimarães, 23 Março de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO



CC nº 70561

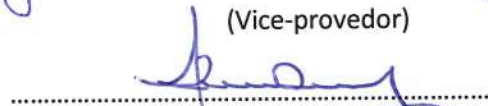
A MESA ADMINISTRATIVA



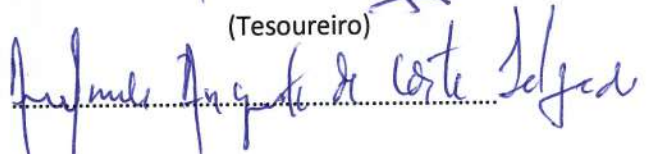
(Provedor)



(Vice-provedor)



(Tesoureiro)



(Secretário)